

12º Relatório Trimestral da Ouvidoria Outubro a dezembro de 2012

INTRODUÇÃO

A Resolução 103, de 24 de fevereiro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, estabelece que *“a Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça tem por missão servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e o Conselho Nacional de Justiça, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Conselho, bem como promover a articulação com as demais Ouvidorias judiciais para o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços prestados pelos órgãos do Poder Judiciário.”*

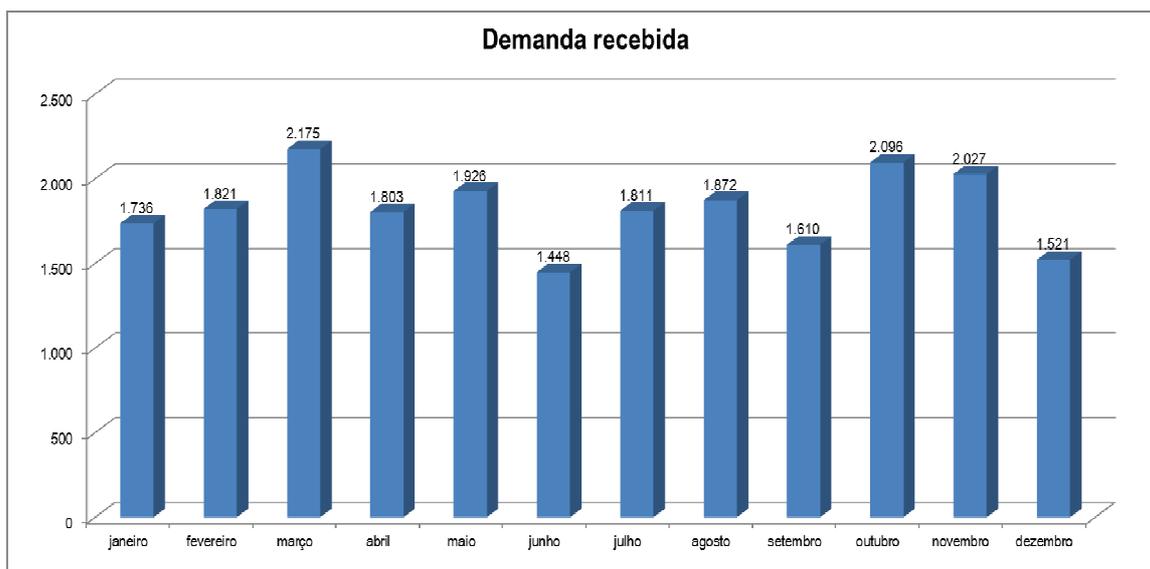
A Ouvidoria do CNJ foi criada pela Resolução 67, de 3 de março de 2009, que instituiu o novo Regimento Interno do Conselho, e tem suas atribuições fixadas na Resolução 103/2010. Exerce a função de Ouvidor o Conselheiro WELLINGTON CABRAL SARAIVA, eleito na 133ª sessão plenária, de 30 de agosto de 2011.

Este relatório é apresentado ao Plenário em cumprimento ao disposto no artigo 4º, VII, da resolução e contém dados estatísticos relativos às atividades desenvolvidas nos meses de outubro a dezembro de 2012.

1. AS DEMANDAS RECEBIDAS

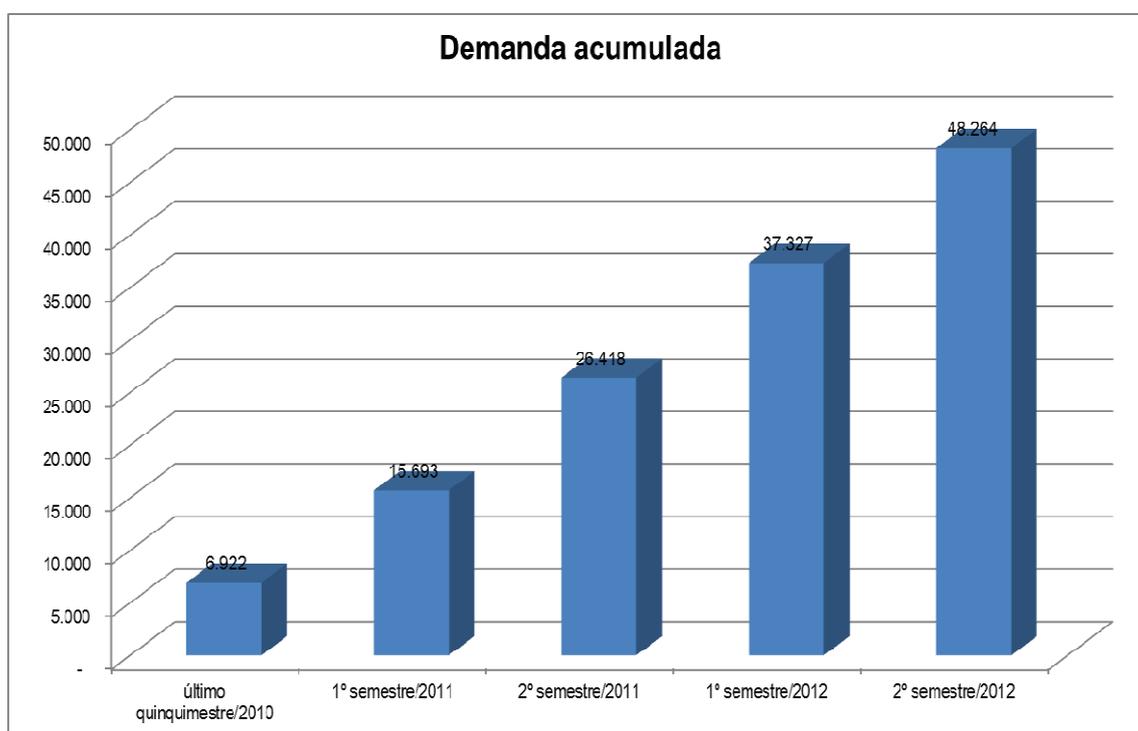
Em 2012, a Ouvidoria recebeu 21.846 demandas, das quais 5.644 foram recebidas no último trimestre do ano, período tratado neste relatório.

Não se computaram manifestações duplicadas ou que representaram continuação de demanda anterior, o que totalizou 475 manifestações no último trimestre.

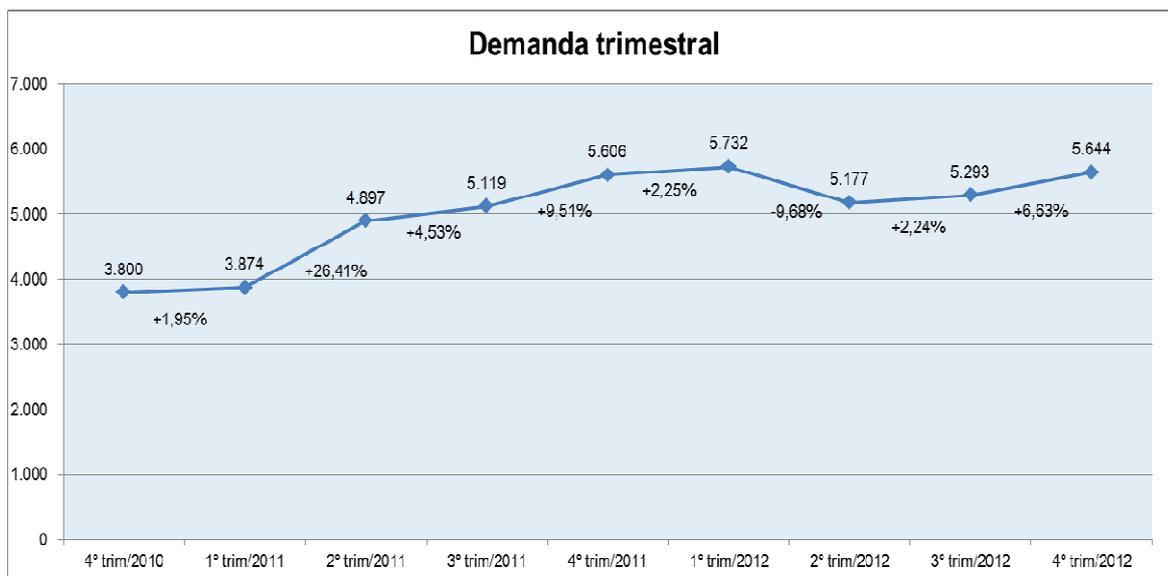


A média mensal do último trimestre foi de 1.881,33, com aumento de 6,63% em relação ao terceiro trimestre, cuja média foi de 1.764,33.

A demanda acumulada semestral da Ouvidoria está representada a seguir. Figuram apenas os registros a partir de agosto de 2010, pois, até o relatório de julho de 2010, eram consideradas manifestações duplicadas, as quais passaram a ser subtraídas dali em diante.

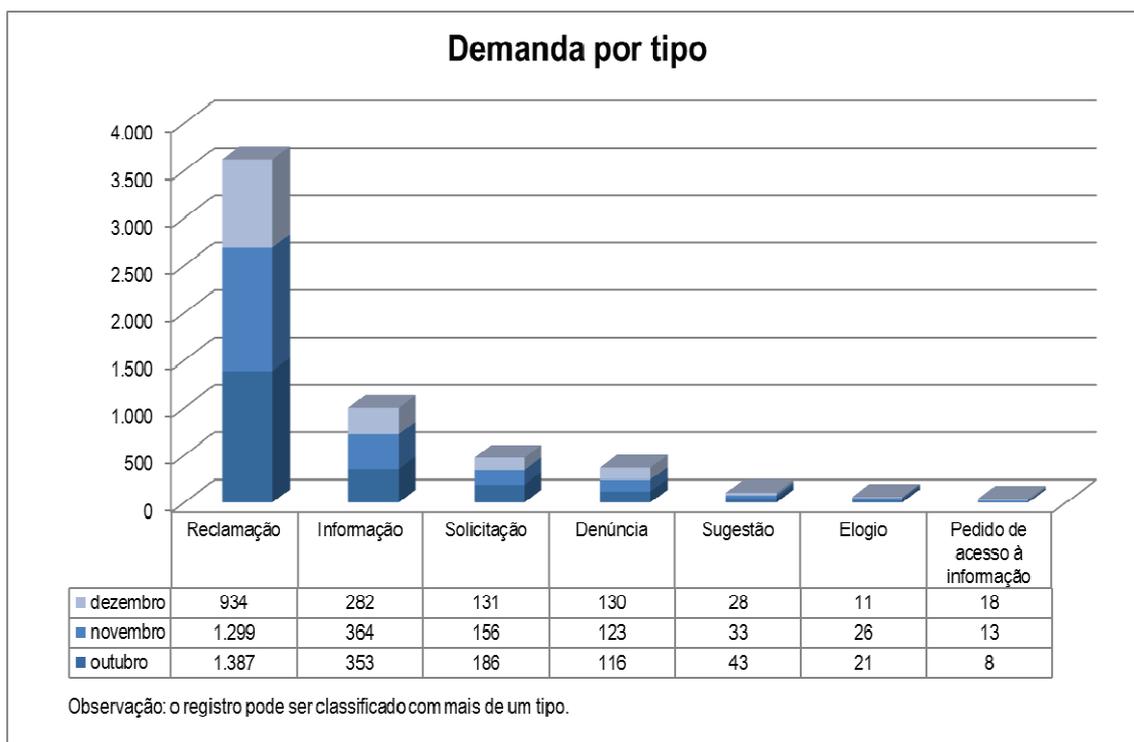


O gráfico adiante permite observar a evolução trimestral entre o último trimestre de 2010 e o último de 2012. O 2º trimestre de 2011 apresentou o maior crescimento em relação ao período anterior, com aumento de 26,41%. Houve recuperação em relação à queda observada no período do 2º trimestre de 2012 pelo crescimento consecutivo nos últimos dois trimestres de 2012.



A forma de comunicação mais comum é a virtual, com 5.468 (96,88%) manifestações recebidas pelo sistema eletrônico de atendimento na internet, seguida de 108 (1,91%) por correio eletrônico. As demais manifestações foram enviadas à Ouvidoria por correspondência (37 = 0,66%), ligações telefônicas (26 = 0,46%), ofício (2 = 0,04%), pessoalmente (2 = 0,04%) e via fax (1 = 0,02%). Desses quantitativos constam apenas os atendimentos telefônicos e presenciais cadastrados no sistema, pois não foram resolvidos durante o atendimento e demandaram registro para providências posteriores.

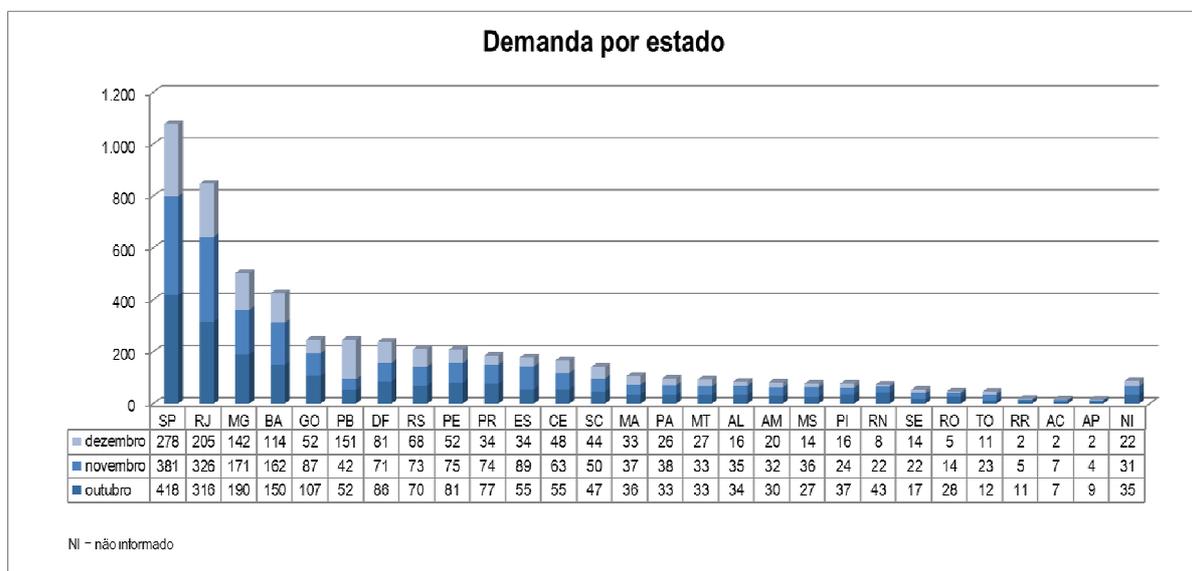
Levando em consideração os tipos de demandas no trimestre, a maior parte é de reclamações (3.620 = 63,94%), de pedidos de informações (999 = 17,64%) e solicitações (473 = 8,35%), conforme o gráfico abaixo. Destacamos os pedidos de acesso à informação previstos na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, que totalizaram 39 registros (0,69%).



O quadro a seguir mostra a predominância de manifestações enviadas por servidores públicos, advogados e aposentados, perfil que permanece constante em comparação com os três primeiros trimestres de 2012.

OCUPAÇÃO	TOTAL	%
Servidor público	1.107	19,61%
Advogado	1.001	17,74%
Aposentado	575	10,19%
Estudante	512	9,07%
Empregado de empresa privada	475	8,42%
Profissional liberal ou autônomo	412	7,30%
Desempregado	378	6,70%
Empregado público	202	3,58%
Empresário	171	3,03%
Militar	101	1,79%
Pensionista	75	1,33%
Jornalista	40	0,71%
Magistrado	31	0,55%
Presidiário	21	0,37%
Perito	8	0,14%
Defensor público	5	0,09%
Delegado de polícia	4	0,07%
Membro do Ministério Público	2	0,04%
Não informado	524	9,28%
Total Geral	5.644	100,00%

O quadro seguinte registra o número de demandas conforme o Estado de origem. O maior número de manifestações provém de São Paulo (1.077 = 19,08%), Rio de Janeiro (847 = 15,01%), Minas Gerais (503 = 8,91%) e Bahia (426 = 7,55%).



2. OS TEMAS DAS DEMANDAS

O próximo quadro apresenta a quantidade de demandas recebidas na Ouvidoria classificadas segundo tipos e temas. Em consonância com o padrão dos

relatórios anteriores, o tema *morosidade processual* permaneceu como o de maior frequência e representou 34,33% dos registros, com aumento de 4,46% em relação ao trimestre anterior, no qual foram recebidas 1.861 reclamações sobre o assunto. O assunto será detalhado no item 2.2 deste relatório.

Em segundo lugar, com 6,09% das manifestações, figuram demandas que tratam de *decisão judicial*. Em face dessas, a Ouvidoria orienta o interessado a procurar advogado ou a Defensoria Pública, para auxiliá-lo na adoção de medidas processuais próprias. Os relatos que tratam de *matéria de natureza judicial* aparecem em terceiro lugar, com 5,21% do total, ante os quais a Ouvidoria segue a mesma orientação.

Em quarto lugar, encontra-se o assunto *atuação de magistrado*, com 4,56%. A Ouvidoria, nesses casos, orienta o interessado a formalizar requerimento ao Conselho Nacional de Justiça ou à corregedoria do tribunal competente.

Destacam-se as manifestações relativas à Lei de Acesso à Informação (LAI – Lei 12.527/2011), que entrou em vigor em 16 de maio de 2012. No último trimestre, houve 39 pedidos fundamentados na lei. Os assuntos são variados, como informações sobre o Conselho Nacional de Justiça, dados sobre o concurso público para servidor do CNJ ou de outros tribunais, andamento processual, pesquisas e projetos do Conselho e sobre os atos administrativos.

Além dos 39 pedidos de acesso à informação, receberam-se outras 13 manifestações que tratavam de assuntos relacionados à LAI, como informações sobre a Resolução 151, de 5 de julho de 2012, do CNJ, que regulamentou a lei no que tange à publicação da remuneração dos membros, servidores e colaboradores do Poder Judiciário, ou sobre a remuneração percebida, após a divulgação dos valores com identificação nominal do beneficiário.

Demandas acerca de processos em curso no CNJ (*andamento/situação processual no CNJ*), inclusive na Corregedoria Nacional (*andamento/situação processual na Corregedoria Nacional de Justiça*), somaram 70 registros, ou seja, 1,24% do total.

Segue o quadro geral:

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	ELOGIO	PEDIDO DE INFORMAÇÃO (LEI 12.527)	TOTAIS
Morosidade processual no Poder Judiciário	1.825	26	66	22			5	1.944
Decisão judicial	279	12	12	42				345
Matéria de cunho jurisdicional	161	16	43	75				295
Atuação de magistrado	169	13	6	56		14		258
Demanda fora da competência do CNJ	113	33	31	35	3	1	1	217
Administração de tribunal	127	7	7	16			2	159
Como peticionar ao CNJ	64	46	12	28	7		1	158
Consulta jurídica	21	80	19	3				123
Demanda insuficiente para classificação	49	40	23	9	1			122
Andamento/situação de processo judicial	56	41	16	1			6	120
Movimento pela conciliação/Projeto Conciliar é Legal	27	76	14	1				118
Funcionamento/procedimento de vara/comarca	94	4	4	3	1	2	2	110

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	ELOGIO	PEDIDO DE INFORMAÇÃO (LEI 12.527)	TOTAIS
Serventia extrajudicial	45	20	7	10	3	2		87
Concurso público para servidor do CNJ	11	61	8		3		2	85
Projetos/programas do CNJ	9	53	12		1	1		76
Sistema carcerário e sistema de execução de medidas socioeducativas	41	8	9	14	2			74
Melhorias para o Poder Judiciário	1	1			59	1		62
Atos administrativos do CNJ	10	36	10		2		1	59
Acesso a sistemas do CNJ	21	19	15					55
Consulta de mérito	7	40	5		1		2	55
Cumprimento de decisão judicial	46	1	6	2				55
Concurso público para servidor do Poder Judiciário	42	4	2	4	2			54
Execução penal (regime de cumprimento de pena)	30	6	7	6				49
Atuação do Supremo Tribunal Federal	33	5	5	2	1	2		48
Curso promovido pelo CNJ	3	32	10			1		46
Pagamento e gestão de precatórios (Res. 115/2010, Res. 123/2010 e Res. 145/2012)	29	9	3	2				43
Acesso a sistemas de informação de órgão do Poder Judiciário	28	2	5		2			37
Atuação de servidor/funcionário do Poder Judiciário	31	2		2		2		37
Concurso público para a outorga das delegações de notas e de registro (Res. 81/2009 e Res. 122/2010)	20	4	5		1			30
Atividade jurídica (Res. 75/2009)	1	25	2				1	29
Extravio de processo ou documento/restauração de autos	26	1		1				28
Andamento/situação processual no CNJ (sem sigilo)	3	19	1	1			1	25
Processo Eletrônico do CNJ (E-CNJ)	5	11	7		1		1	25
Andamento/situação processual na Corregedoria Nacional de Justiça	8	10	4	1			1	24
Atuação do CNJ	1		5	1		17		24
Informações gerais sobre o CNJ		17	2			3	1	23
Atuação da Corregedoria Nacional de Justiça	7	4	3		1	7		22
Recebimento de documento no CNJ/protocolo/número de processo	5	15	2					22
Andamento/situação processual no CNJ (com sigilo)	5	10	3				3	21
Cadastro Nacional de Improbidade Administrativa – CNIA	2	16	2					20

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	ELOGIO	PEDIDO DE INFORMAÇÃO (LEI 12.527)	TOTAIS
(Res. 44/2007 e 50/2008)								
Concurso público para ingresso na carreira da magistratura (Res. 75/2009 e Res. 118/2010)	10	3	4	1	2			20
Inspeções no Poder Judiciário		10	6		3			19
Resposta/atuação da Ouvidoria do CNJ	3	12	1			3		19
Portal do CNJ	4	9	3		1			17
Cadastro Nacional de Adoção – CNA (Res. 93/2009)	4	5	6	1				16
Decisão do CNJ	9	4				1		14
Nepotismo no Poder Judiciário	7	4		3				14
Pesquisa	1	11	1				1	14
Tentativa de golpe utilizando o nome do CNJ				14				14
Assistência judiciária	5	3	5					13
Justiça em números/estatísticas	1	8	2		1		1	13
Cumprimento de decisão do CNJ	8	1	2	1				12
Projudi	7	1	3		1			12
Atuação de Ouvidoria de tribunal	10					1		11
Autor. de viagem para o ext. de crianças e adolescentes (Res. 131/2011)		9	1		1			11
Competência do CNJ	4	6						10
Projeto Começar de Novo	3	3	4					10
Morosidade processual no CNJ	9							9
Processo Judicial Eletrônico (PJe)	7	2						9
Lei de Acesso à Informação	2	1	1				4	8
Morosidade no cumprimento de decisão judicial	8							8
Atuação de Corregedoria de tribunal	5		2					7
Jornada de trabalho, preenchimento de cargos em comissão e limite de servidores requisitados (Res. 88/2009)	7							7
Nepotismo nos demais Poderes	1	5		1				7
Outros concursos públicos	6	1						7
Estágio no CNJ		5	1					6
Evento promovido pelo CNJ	1	4	1					6
Movimento pela Conciliação – Campanha divulgada na TV e rádio	2	3	1					6
Divulgação das remunerações de servidores e membros do Poder Judiciário (Res. 151/2012)	2	3	1					6
Mutirão Carcerário		4	1					5
Reabilitação e certidão de	3		2					5

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	ELOGIO	PEDIDO DE INFORMAÇÃO (LEI 12.527)	TOTAIS
antecedentes criminais								
Recesso forense/plantão judicial	2	2	1					5
Banco de Dados de Mandados de Prisão (Res. 137/2011)	1	2	1					4
Remuneração percebida por magistrado ou servidor do Poder Judiciário	3						1	4
Sigilo/anonimato		2		2				4
Bacenjud (Res. 61/2008)	2				1			3
Concurso de Remoção	2	1						3
Convênio/acordo/termo de cooperação técnica		1	1				1	3
Gestão de precatórios (Res. 115/2010, Res. 123/2010 e Res. 145/2012)	2	1						3
Imprensa do CNJ		1	2					3
Modelos únicos de certidões		3						3
Jurisprudência do CNJ – Infojuris		2						2
Justiça Aberta			2					2
Metas nacionais do Poder Judiciário		2						2
Numeração única (Res. 65/2008)			2					2
Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas		1						1
Determina a criação de ouvidorias no âmbito dos Tribunais (Res. 103/2010)		1						1
Renajud		1						1
Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA (Res. 63/2008)			1					1
Tabelas Processuais Unificadas (Res. 46/2007)		1						1
Outros assuntos	24	36	22	9	3		1	95
Total Geral	3.620	999	473	369	104	58	39	5.662

2.1 Dados dos Processos

Levando em conta os relatos recebidos no trimestre, 3.177 (56,29%) continham os dados do processo a que se referiam, como número, órgão em que tramitava, instância em que se encontrava, classe e situação de julgamento, ou seja, se o processo fora julgado ou se encontrava em fase de execução.

Abaixo, a discriminação dos dados, segundo a esfera ou tribunal de onde se originaram:

LOCALIZAÇÃO	TOTAIS	%
Justiça Estadual	2.107	66,32%
Justiça Federal	433	13,63%
Justiça do Trabalho	296	9,32%
Conselho Nacional de Justiça	94	2,96%
Superior Tribunal de Justiça	82	2,58%
Supremo Tribunal Federal	64	2,01%
Justiça Eleitoral	36	1,13%
Tribunal Superior do Trabalho	22	0,69%
Tribunal Superior Eleitoral	4	0,13%
Justiça Militar Estadual	3	0,09%
Justiça Militar da União	3	0,09%
Dado incorreto	27	0,85%
Não informado	6	0,19%
Total geral	3.177	100,00%

A tabela a seguir agrupa os dados dos processos objeto de manifestação conforme sejam feitos julgados ou em fase de execução. A maior demanda é sobre processos ainda não julgados, com 51,59% das manifestações. A maioria dos processos não iniciou a fase executória, com 64,47%.

LOCALIZAÇÃO	JULGADO			EM EXECUÇÃO			TOTAIS
	SIM	NÃO	NI/NA	SIM	NÃO	NI/NA	
Justiça Estadual	904	1.203		636	1.471		2.107
Justiça Federal	181	252		119	314		433
Justiça do Trabalho	232	64		187	109		296
Conselho Nacional de Justiça			94			94	94
Superior Tribunal de Justiça	37	45		21	61		82
Justiça Eleitoral	16	20		10	26		36
Tribunal Superior do Trabalho	11	11		8	14		22
Tribunal Superior Eleitoral	2	2		2	2		4
Justiça Militar Estadual	1	2		1	2		3
Justiça Militar da União	1	2			3		3
Dado incorreto			27			27	27
Não informado	1	5		1	5		6
Total geral	1.386	1.606	121	985	2.007	121	3.113
	44,52%	51,59%	3,89%	31,64%	64,47%	3,89%	100,00%

NI/NA: não informado/não se aplica.

Não contabilizados os processos em tramitação no STF.

Das manifestações que continham dados do processo, a maior parte, 1.768 (55,65%) tratava de *morosidade processual* no Poder Judiciário, seguidas das que diziam respeito a *decisões judiciais*, isto é, as que questionam o conteúdo de decisões, sentenças e acórdãos, com 280 (8,81%). Em terceiro, vieram as demandas a respeito de *questões jurisdicionais*, no total de 241 (7,59%). Dada a sua importância e recorrência, o tema da morosidade processual será tratado detalhadamente no próximo tópico.

2.2 Morosidade Processual

A maior parte das demandas recebidas na Ouvidoria, de forma recorrente, compõe-se de manifestações referentes à *morosidade processual* no Poder Judiciário e representou 34,33% (1.944) dos registros de outubro a dezembro. Tomando em conta apenas as demandas com essa classificação temática, 93,88% (1.825) são reclamações.

Considerando o perfil dos demandantes, 8,38% são de pessoas com deficiência ou doença grave e 20,32% de maiores de 60 anos. Levando em consideração o gênero, 68,83% são de pessoas do sexo masculino. Esses índices se mostram constantes quando comparados ao terceiro trimestre, em que 10,16% foram de pessoas com deficiência, 17,3% de maiores de 60 anos e 69,64% eram manifestações de demandantes do sexo masculino.

	PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU DOENÇA GRAVE		IDOSO		SEXO		
	TOTAIS	%	TOTAIS	%	TOTAIS	%	
Não	1.781	91,62%	1.549	79,68%	Masculino	1.338	68,83%
Sim	163	8,38%	395	20,32%	Feminino	606	31,17%
Total geral	1.944	100,00%	1.944	100,00%	Total geral	1.944	100,00%

Em análise proporcional à quantidade de registros recebida por Estado, a Bahia tem maior percentual de demandas que se referem à morosidade processual, com 49,18% do total de demandas dali originadas, seguidos do Ceará, com 49,09%, e Sergipe, com 46,00%. A tabela seguinte revela certa variação em relação ao trimestre anterior, em que figuraram nos três primeiros lugares os Estados da Bahia, Amazonas e Ceará, com 53,97%, 48,28% e 45,99%, respectivamente.

ESTADO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAL DE DEMANDAS	%
BA	211	429	49,18%
CE	81	165	49,09%
SE	23	50	46,00%
GO	110	244	45,08%
PI	31	77	40,26%
MS	31	78	39,74%
PA	38	98	38,78%
RN	29	75	38,67%
MA	39	101	38,61%
RJ	319	848	37,62%
RS	80	213	37,56%
MG	186	504	36,90%
DF	89	248	35,89%
AM	29	82	35,37%
RR	7	20	35,00%
RO	15	45	33,33%
MT	29	95	30,53%
PE	58	202	28,71%

ESTADO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAL DE DEMANDAS	%
SP	306	1.071	28,57%
PR	52	190	27,37%
ES	47	177	26,55%
PB	66	250	26,40%
AL	22	85	25,88%
SC	25	142	17,61%
TO	8	46	17,39%
AC	2	16	12,50%
AP	2	16	12,50%
NI	9	95	9,47%
Total geral	1.944	5.662	34,33%

NI: não informado

No quadro que se segue, detalha-se a classe dos demandantes. Em termos proporcionais à quantidade de registros por classe, o maior percentual de demandas que se referem à morosidade processual originou-se de pensionistas, com 47,3%, seguido de aposentados, com 47,01%. Houve alteração em face do trimestre anterior, em que figuraram nos três primeiros lugares os aposentados, com 50,1%, seguidos dos desempregados, com 44,22% e dos advogados, com 43,54%.

OCUPAÇÃO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAIS	%
Pensionista	35	74	47,30%
Aposentado	267	568	47,01%
Militar	46	103	44,66%
Advogado	440	998	44,09%
Defensor público	2	5	40,00%
Empregado de empresa privada	184	467	39,40%
Desempregado	134	377	35,54%
Profissional liberal ou autônomo	143	414	34,54%
Empresário	58	171	33,92%
Empregado público	64	202	31,68%
Servidor público	273	1.129	24,18%
Jornalista	9	41	21,95%
Estudante	101	520	19,42%
Magistrado	5	31	16,13%
Presidiário	2	18	11,11%
Delegado de polícia		4	0,00%
Membro do Ministério Público		3	0,00%
Perito		9	0,00%
Não informado	181	528	34,28%
Total Geral	1.944	5.662	34,33%

Das 3.177 manifestações recebidas com dados do processo, 1.754 foram classificadas com o tema *morosidade processual*, não computados os processos em tramitação no Supremo Tribunal Federal.

No que se refere à origem dos processos, a maioria tramita na Justiça Estadual, 1.206 (68,76%), seguindo-se a Federal, com 274 (15,62%), e a do Trabalho, com 169 (9,64%):

LOCALIZAÇÃO	TOTAIS	%
Justiça Estadual	1.206	68,76%
Justiça Federal	274	15,62%
Justiça do Trabalho	169	9,64%
Superior Tribunal de Justiça	44	2,51%
Tribunal Superior do Trabalho	19	1,08%
Justiça Eleitoral	9	0,51%
Tribunal Superior Eleitoral	3	0,17%
Justiça Militar Estadual	1	0,06%
Justiça Militar da União	1	0,06%
Dado incorreto	27	1,54%
Não informado	1	0,06%
Total geral	1.754	100,00%

Não foram computados os processos em tramitação no STF.

Nesta tabela, detalham-se as classes dos processos tratados nas demandas classificadas como morosidade processual:

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL	DI	NI	TOTAL GERAL
Procedimento do Juizado Especial Cível	129	36										165
Ação trabalhista – rito ordinário			110	1	7							118
Apelação / reexame necessário	31	48										79
Procedimento sumário	66	9										75
Cumprimento de sentença	56	11										67
Ação civil coletiva	57	5	3									65
Ação penal – procedimento ordinário	41	6										47
Inventário	38											38
Ação civil de improbidade administrativa	23	11										34
Outros procedimentos de jurisdição voluntária	26	6										32
Execução contra a fazenda pública	24	7										31
Mandado de segurança coletivo	20	8										28
Dúvida	14	9										23
Recurso inominado	12	10		1								23
Procedimento de cumprimento de sentença/decisão	22											22
Ação de alimentos	19											19
Alimentos – Lei 5.478/68	18	1										19
Alvará judicial	17	1										18
Execução provisória	16	2										18
Outras medidas provi-	15	3										18

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL	DI	NI	TOTAL GERAL
sionais												
Reintegração / manutenção de posse	14											14
Ação popular	9	2										11
Ação trabalhista – rito sumaríssimo			11									11
Ação penal de competência do júri	10											10
Agravo de instrumento em recurso de revista			3	1	6							10
Despejo	10											10
Execução da pena	9			1								10
Execução fiscal	4	5	1									10
Tutela	10											10
Monitória	8		1									9
Recursos trabalhistas			9									9
Usucapião	9											9
Ação penal – procedimento sumaríssimo	8											8
Embargos do acusado	6	2										8
Imissão na posse	8											8
Providência	8											8
Ação de cumprimento			5	2								7
Ação penal – procedimento sumário	6	1										7
Agravo				7								7
Alimentos – provisionais	5	2										7
Busca e apreensão em alienação fiduciária	7											7
Despejo por falta de pagamento cumulado com cobrança	7											7
Embargos à execução fiscal	5	2										7
Guarda	7											7
Averiguação de paternidade	6											6
Consignação em pagamento	5	1										6
Despejo por falta de pagamento	6											6
Divórcio litigioso	6											6
Exceção de coisa julgada	6											6
Execução de multa	6											6
Exibição	6											6
Falência de empresários, sociedades empresariais, microempresas e empresas de pequeno porte	6											6
Separação litigiosa	6											6
Suspensão de liminar ou antecipação de tutela	4	1	1									6

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL	DI	NI	TOTAL GERAL
Apelação Cível				5								5
Assistência judiciária	2	3										5
Habilitação de crédito	5											5
Alvará judicial – Lei 6.858/80	3		1									4
Correição ordinária	1	2	1									4
Cumprimento provisório de sentença	3	1										4
Desapropriação	3	1										4
Recurso administrativo	1	3										4
Recurso em processo administrativo disciplinar em face de servidor	1	3										4
Tutela e curatela – nomeação	4											4
Abertura, registro e cumprimento de testamento	3											3
Ação de investigação judicial eleitoral						3						3
Ação penal				3								3
Adoção	3											3
Alienação de bens do acusado	3											3
Arresto	3											3
Arrolamento comum	3											3
Arrolamento de bens	3	0										3
Crimes de responsabilidade dos funcionários públicos	3											3
Cumprimento provisório de decisão	3											3
Dissolução e liquidação de sociedade	3											3
Divórcio consensual	3											3
Interdição	3											3
Justificação	1	1		1								3
Medidas assecuratórias		3										3
Notificação para explicações	1	2										3
Pedido de prisão preventiva	3											3
Prestação de contas – exigidas	3											3
Recurso em mandado de segurança				3								3
Separação consensual	3											3
Agravo de execução penal	2											2
Agravo de instrumento em agravo de petição		2										2
Agravo de instrumento em recurso ordinário			1		1							2
Agravo de instrumento em recurso ordinário para o STF			1		1							2

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL	DI	NI	TOTAL GERAL
Agravo de petição			1	1								2
Apelação				1	1							2
Apuração de irregularidades em entidades de atendimento	2											2
Avarias	2											2
Cautelar fiscal	1	1										2
Crimes contra a propriedade imaterial	2											2
Crimes de calúnia, injúria e difamação de competência do juiz singular	2											2
Demarcação / divisão	2											2
Depósito	2											2
Embargos à execução				2								2
Impugnação ao cumprimento de decisão	2											2
Impugnação ao cumprimento de sentença	2											2
Impugnação de crédito	2											2
Procedimento especial dos crimes de abuso de autoridade	2											2
Processo administrativo disciplinar em face de magistrado	2											2
Produção antecipada de provas	2											2
Recurso eleitoral						2						2
Recurso em <i>habeas corpus</i>				2								2
Recurso em sentido estrito	2											2
Recurso ordinário em mandado de segurança				2								2
Regulamentação de visitas	2											2
Restituição de coisas apreendidas	2											2
Retificação de registro de imóvel	2											2
Revisão de aluguel	1	1										2
Ação de impugnação de mandato eletivo							1					1
Ação penal militar – procedimento ordinário								1				1
Ação trabalhista – rito sumário (alçada)			1									1
Agravo de instrumento											1	1
Alienação judicial de bens	1											1
Alteração do regime de bens	1											1
Anistia		1										1

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL	DI	NI	TOTAL GERAL
Anulação e substituição de títulos ao portador	1											1
Apreensão e depósito de coisa vendida com reserva de domínio	1											1
Auto de prisão em flagrante	1											1
Cancelamento de naturalização		1										1
Caução	1											1
Cobrança de cédula de crédito industrial	1											1
Conflito de jurisdição				1								1
Conversão de separação judicial em divórcio	1											1
Correição parcial ou reclamação correcional	1											1
Crimes ambientais		1										1
Crimes contra a propriedade industrial	1											1
Declaratória de constitucionalidade	1											1
Discriminatória	1											1
Emancipação	1											1
Embargos				1								1
Embargos à arrematação		1										1
Embargos de retenção por benfeitorias	1											1
Embargos infringentes e de nulidade	1											1
Exceção de incompetência de juízo	1											1
Execução de medida de segurança	1											1
Execução provisória em autos suplementares				1								1
Habilitação	1											1
Herança jacente	1											1
Homologação de transação extrajudicial	1											1
Incidente de sanidade mental	1											1
Inquérito extrajudicial	1											1
Instrução de rescisória									1			1
Interpelação judicial				1								1
Investigação contra magistrado	1											1
Liberdade provisória com ou sem fiança	1											1
Medidas de proteção à criança e adolescente	1											1

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA FEDERAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	TST	JUSTIÇA ELEITORAL	TSE	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL	DI	NI	TOTAL GERAL
Pedido de busca e apreensão criminal	1											1
Pedido de providências				1								1
Pedido de revisão do valor da causa			1									1
Prestação de contas – oferecidas	1											1
Procedimento especial da Lei Antitóxicos	1											1
Procedimento investigatório do MP (peças de informação)	1											1
Processo administrativo disciplinar em face de servidor	1											1
Processo eleitoral							1					1
Protesto			1									1
Reclamação disciplinar			1									1
Recuperação judicial	1											1
Recurso contra expedição de diploma						1						1
Recurso de revista					1							1
Recurso em sentido estrito/recurso ex officio				1								1
Recurso especial eleitoral				1								1
Recursos eleitorais							1					1
Registro Torrens	1											1
Regularização de registro civil	1											1
Remição do imóvel hipotecado		1										1
Remoção de inventariante	1											1
Retificação ou suprimento ou restauração de registro civil	1											1
Separação de corpos	1											1
Sonegados	1											1
Tutela c/c destituição do poder familiar	1											1
Não informado	214	57	15	5	2	1	2					296
Dado incorreto										27		27
Total Geral	1.206	274	169	44	19	9	3	1	1	27	1	1.754

DI: dado incorreto

NI: não informado

As reclamações concernentes a processos não julgados representaram 57,01% dos registros, e 41,45% referiram-se a processos já julgados. Os em fase de execução representaram 29,87%, e os que não atingiram essa fase, 68,59%. Esses dados estão consonantes com os do 3º trimestre de 2012, em que 57,95% dos registros referiam-se a processos não julgados, 40,54% aos já julgados, 26,57% a processos em fase de execução e 71,93% a processos que não atingiram essa fase.

LOCALIZAÇÃO	JULGADO			EM EXECUÇÃO			TOTAIS
	Sim	Não	NI/NA	Sim	Não	NI/NA	
Justiça Estadual	460	746		323	883		1.206
Justiça Federal	107	167		67	207		274
Justiça do Trabalho	132	37		114	55		169
Superior Tribunal de Justiça	15	29		10	34		44
Tribunal Superior do Trabalho	9	10		6	13		19
Justiça Eleitoral	2	7		2	7		9
Tribunal Superior Eleitoral	1	2		1	2		3
Justiça Militar Estadual		1			1		1
Justiça Militar da União		1			1		1
Dado incorreto			27			27	27
Não informado	1			1			1
Total geral	727	1.000	27	524	1.203	27	1.754
	41,45%	57,01%	1,54%	29,87%	68,59%	1,54%	100,00%

NI/NA: não informado/não se aplica.

Não contabilizados os processos em tramitação no STF.

2.3. Utilização Indevida do Nome do CNJ

A Ouvidoria continuou a receber notícias de tentativas de estelionato contra pessoas que são parte em processos judiciais. Neste trimestre foram recebidas 14 manifestações por meio do formulário eletrônico e por meio telefônico. O procedimento recorrente consiste em o golpista usar de forma indevida o nome do CNJ e solicitar vantagem indevida à pretensa vítima mediante promessa de intermediação para recebimento de valores pendentes de pagamento em causas em tramitação no Poder Judiciário.

Os registros recebidos têm sido encaminhados à Corregedoria Nacional de Justiça e juntados ao processo 0000283-67.2011.2.00.0000, ali em curso. Com base nessas manifestações, foi instaurado inquérito policial, no Departamento de Polícia Federal, sob o nº 1.838/2010-4-SR/DPF/DF.

O Conselheiro Ouvidor Wellington Cabral Saraiva tem-se manifestado na imprensa alertando a população a respeito da atuação dos estelionatários e da forma de trabalho do Poder Judiciário, e a Ouvidoria tem orientado os cidadãos acerca da atuação do CNJ, informando-os de que as decisões do Conselho são de natureza administrativa e que o órgão não faz contato telefônico para cobrar valores sobre ações judiciais em curso.

3. A PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES DO CNJ

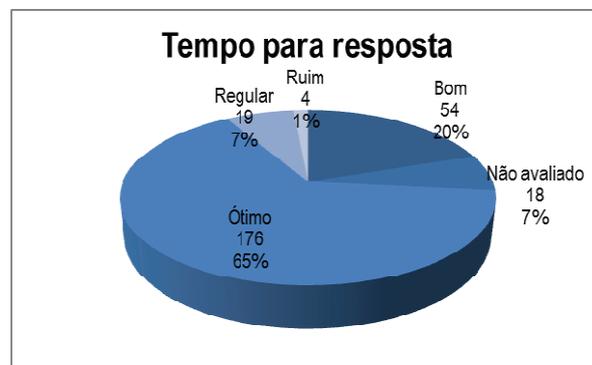
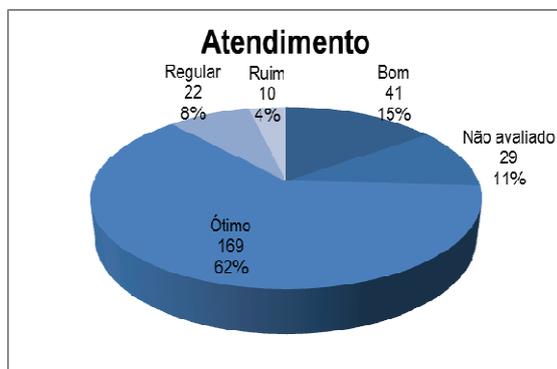
A tabela abaixo discrimina a participação das unidades do CNJ que auxiliaram no atendimento das demandas relacionadas às respectivas áreas de atuação:

SETOR	EM ABERTO	CONCLUÍDOS	TOTAIS
Corregedoria Nacional de Justiça	6	164	170
Dep. de Monitoramento e Fiscalização do Sist. Carcerário (DMF)		138	138

SETOR	EM ABERTO	CONCLUÍDOS	TOTAIS
Seção de Seleção e Gestão de Desempenho		54	54
Gabinete do Conselheiro José Roberto Neves Amorim		33	33
Secretaria Processual		28	28
Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJUD)		21	21
Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ)	1	16	17
Secretaria de Comunicação Social		15	15
Seção de Protocolo e Digitalização		8	8
Gabinete do Conselheiro Carlos Alberto Reis de Paula		5	5
Seção de Acompanhamento das Resoluções e Recomendações		5	5
Gabinete do Conselheiro José Guilherme Vasi Werner	1	3	4
Departamento de Gestão Estratégica (DGE)		3	3
Diretoria Geral		3	3
Gabinete do Conselheiro Ney José de Freitas		3	3
Seção de Registros Funcionais		3	3
Gabinete do Conselheiro Jorge Hélio Chaves	1	1	2
Gabinete do Conselheiro Bruno Dantas		2	2
Seção de Benefícios		2	2
Seção de Legislação		2	2
Seção de Pagamento		2	2
Gabinete do Conselheiro Wellington Cabral Saraiva		1	1
Seção de Acompanhamento das Decisões		1	1
Seção de Educação Corporativa		1	1
Secretaria-Geral	1		1
Total geral	10	514	524

4. AVALIAÇÃO DA RESPOSTA

Com o objetivo de aferir o grau de qualidade do serviço prestado pela Ouvidoria, tem-se oferecido aos cidadãos a opção, não obrigatória, de avaliar a resposta e a atuação da Ouvidoria, no que refere aos fatores atendimento, tempo de resposta, desfecho e clareza da resposta. Os resultados obtidos estão detalhados nos gráficos e tabela a seguir.



	CLAREZA		SATISFAÇÃO	
	Totais	%	Totais	%
Não	59	21,77%	109	40,22%
Sim	212	78,23%	162	59,78%
Total Geral	271	100,00%	271	100,00%

Os dados demonstram, por parte dos demandantes, considerável satisfação em relação aos serviços prestados pela Ouvidoria. Percebe-se, não obstante, certo grau de insatisfação, a indicar que o setor precisa continuar a buscar o aprimoramento de seu trabalho.

5. ENCAMINHAMENTO DE DEMANDAS A OUTROS ÓRGÃOS

Conforme dispõem os arts. 2º e 4º, III, da Resolução 103/2010, do CNJ, houve, no período, 1.711 encaminhamentos às ouvidorias e corregedorias dos tribunais e a outros órgãos judiciais. Essas demandas tratavam de atraso na movimentação processual e de temas específicos desses órgãos. Quando necessário, considerando a hipótese do art. 7º, I, da resolução, houve orientação aos demandantes para direcionar seu questionamento ao CNJ. O quadro a seguir detalha os encaminhamentos:

ÓRGÃO DE DESTINO	EM ABERTO	CONCLUÍDO	TOTAIS
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ)		226	226
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP)	16	164	180
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA)	125	41	166
Gerência de Registro e Suporte à Ação Correcional do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – GECOR (TJMG)	1	103	104
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO)		99	99
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE)	1	60	61
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS)	3	50	53
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB)	1	51	52
Ouvidoria Judiciária do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1)	31	21	52
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE)	6	41	47
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1)	1	46	47
Ouvidoria do Superior Tribunal de Justiça (STJ)		41	41
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR)	2	38	40
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES)	2	31	33
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT)	1	30	31
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2)	16	14	30
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA)		29	29
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT10)	17	12	29
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA)	1	27	28
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (TJMT)	3	24	27
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2)	1	26	27
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN)	2	21	23
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3)	1	22	23
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI)	4	18	22
Ouvidoria do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (TST e CSJT)	9	13	22
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC)		21	21

ÓRGÃO DE DESTINO	EM ABERTO	CONCLUÍDO	TOTAIS
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul (TJMS)	1	17	18
Central do Eleitor – Tribunal Superior Eleitoral (TSE)		15	15
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM)	4	11	15
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO)		12	12
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE)		12	12
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5)	2	10	12
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJAL)		9	9
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3)	3	5	8
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5)	1	7	8
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins (TJTO)	1	6	7
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP)	1	5	6
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4)	4	2	6
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT15)		5	5
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT16)	3	2	5
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (TRT17)		4	4
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6)	1	3	4
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7)		4	4
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TREMGO)		4	4
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC)	1	2	3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT11)	1	2	3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT13)	1	2	3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (TRT19)		3	3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9)		3	3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT12)		2	2
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TREDF)		2	2
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TREGO)		2	2
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4)		2	2
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP)		1	1
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – Região Metropolitana (TJPA)		1	1
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ)		1	1
Diretoria de Execução de Precatórios – DEPRE (TJSP)		1	1
Ouvidoria Administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1)		1	1
Ouvidoria da Justiça Federal em Goiás (SJGO/TRF1)		1	1
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRR)		1	1
Ouvidoria do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo (TJMSP)		1	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT18)	1		1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (TRT20)		1	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (TRT22)	1		1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT23)		1	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT24)		1	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia (TREBA)		1	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba (TREPBA)		1	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TREPE)		1	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRESC)		1	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRESP)		1	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRETTO)		1	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TREPAP)		1	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRESRJ)		1	1
Total Geral	270	1.441	1.711

Na maior parte dos encaminhamentos aos órgãos do Judiciário, solicita-se que a providência adotada seja informada à Ouvidoria do CNJ, para registro ou adoção de medidas. Das 1.711 manifestações encaminhadas no último trimestre, 207 permaneceram sem resposta final, por parte do órgão contatado, o que representa 15,78% do total.

As reclamações, sugestões e críticas que não se referiam a providências a cargo do Conselho Nacional de Justiça foram encaminhadas aos órgãos responsáveis, e comunicou-se a medida ao interessado. Foram encaminhadas nesse período três demandas às Ouvidorias de Defensorias Públicas, do Distrito Federal, da Bahia e de São Paulo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados do período tratado neste relatório seguem o padrão observado nos trimestres anteriores, com menção particular aos dados concernentes às demandas da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011).

Os temas de maior incidência referem-se a excesso de prazo na tramitação processual, decisões e questões judiciais e desempenho dos magistrados.

Nos casos em que é cabível a atuação da Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça, tem-se buscado o tratamento integrado com as ouvidorias dos tribunais e demais órgãos judiciais, com vistas a prestar atendimento adequado às demandas recebidas e o permanente avanço nos serviços do Judiciário, conforme determina o art. 4º, III, da Resolução 103/2010. Nos casos em que não é cabível a atuação da Ouvidoria, esta busca orientar o interessado sobre qual órgão ou profissional deve procurar.

Nos encaminhamentos às ouvidorias dos tribunais, houve redução significativa dos relatos que permaneciam sem resposta final. No 3º trimestre havia 403 relatos em aberto, ou seja, sem a resposta final da ouvidoria demandada, e no 4º trimestre o número caiu para 207. Constata-se que houve maior efetividade no tratamento das demandas pelas ouvidorias judiciárias.

Desde o início da vigência da Lei de Acesso à Informação, em 16 de maio de 2012, houve redução no número de registros em comparação ao trimestre anterior. O número de demandas caiu de 66 para 39.

A Resolução 151, de 5 de julho de 2012, do CNJ, determina a divulgação das remunerações, diárias, indenizações e quaisquer outras verbas pagas aos membros da magistratura judicial e aos servidores a qualquer título, colaboradores eventuais ou deles descontadas, com identificação nominal do beneficiário e da unidade na qual preste seus serviços. Com base no último levantamento, feito em 3 de janeiro de 2013, 84 órgãos cumpriram integralmente o disposto na norma, 36 ainda não haviam cumprido, e entre os que cumpriram, 10 estavam com atraso na divulgação, do total de 120 órgãos do Poder Judiciário, incluindo o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho da Justiça Federal, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, os Tribunais Regionais Federais e suas Seções Judiciárias, os Tribunais Regionais do Trabalho, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Tribunais de Justiça, os Tribunais de Justiça Militar e os Tribunais Superiores, exceto o Supremo Tribunal Federal.

Para contribuir no atingimento dos objetivos da resolução, a Ouvidoria tem realizado levantamento de informações atualizadas, por meio do processo de acompanhamento de cumprimento de decisão 0004704-66.2012.2.00.0000, que pode ser

consultado no portal do CNJ (nos endereços < <http://migre.me/db0jV> > ou < https://www.cnj.jus.br/ecnj/consulta_eproc.php >).

Brasília, 10 de fevereiro de 2013.

Assinado com certificado digital emitido para
WELLINGTON CABRAL SARAIVA (1427).
Emitido por AC Certisign-Jus G2.
Válido de 4/9/2011 até 3/9/2014.

WELLINGTON CABRAL SARAIVA
Conselheiro Ouvidor

Cristiana Gontijo Bastos
Chefe do Gabinete

Flávia Somorovski Torres
Assessora

Técnicos:

Anderson Moreira da Silva
Edinéia Coimbra de Oliveira
Francisca Silva e Leal Filha
Hubner Alessandro Rocha
Inaldo do Nascimento
Mariana Feltrini Turibio

Apoio:

Eunice de Costa Oliveira
Rebeca Pereira de Oliveira
Yasmin Borba Mahmud